

**ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS  
RELACIONADOS AO ESTUDO DA LEXICOGRAFIA  
E DA TERMINOLOGIA DA REGIÃO AMAZÔNICA<sup>1</sup>**

*Ladislane Aguiar Dantas* (UFAC)  
[ladislanedantasnunes@hotmail.com](mailto:ladislanedantasnunes@hotmail.com)

**1. Introdução**

No Brasil, atualmente, proliferam obras lexicográficas utilizáveis nas mais diversas áreas do conhecimento, consistindo a elaboração dos glossários em um trabalho organizado em diferentes etapas com o objetivo de divulgar palavras de uma determinada área e língua, para professores, estudantes, pesquisadores e demais interessados nesta modalidade de estudo. Contudo, esse trabalho lexical não se resume a uma simples lista de palavras acompanhadas de seus significados, podendo, bem ao contrário, suscitar questionamentos acerca das linguagens e identidades que permeiam uma determinada região ou diversas regiões.

Dessa forma, neste artigo, abordaremos brevemente a dinâmica da produção de um glossário relacionado aos nomes de doenças, pragas e plantas daninhas na cultura agrícola do estado do Acre e tentaremos engendrar uma discussão sobre alguns aspectos linguísticos e culturais que um estudo dessa natureza envolve. Para tal, além de alguns autores dos campos específicos da lexicografia e da terminologia, fundamentaremos o debate em leituras de *Civilização e Barbárie*, organizado por Aduino Novaes (2004); *Rio Babel*, de José Ribamar Bessa Freire (2004); *O Campo e a Cidade – na História e na Literatura*, de Raymond Williams (1989).

---

<sup>1</sup> Trabalho resultante de participação na VI Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa, na UFAC (Rio Branco – AC), aos 5 de novembro de 2011.

## **2. Desenvolvimento**

A Lexicografia é uma ciência que se dedica à construção de dicionários a partir das relações entre suas micro e macroestruturas. A microestrutura equivale a um conjunto de informações ordenadas e estruturadas, disposto horizontalmente, ou seja, linearmente, após a entrada, dentro de cada verbete. Já a macroestrutura é um conjunto de entradas organizadas verticalmente no corpo do dicionário ou nomenclatura. O estudo da Lexicografia permite como resultado a produção de dicionários cada vez mais abrangentes, havendo vários tipos: alfabéticos, semióticos, descritivos, prescritivos, monolíngues, bilíngues, trlíngues, multlíngues, entre outras classificações.

Para Pontes (2009, p. 161), os aspectos ideológicos determinam a seleção dos termos para compor a nomenclatura do dicionário, mas a expressam, também, através de marcas de uso, das definições e dos exemplos. Isso significa que o discurso do texto lexicográfico, conforme Mazière (1989, p. 47), é apenas aparentemente transparente, por exemplo, pela definição, mais ou menos considerada “boa”, “sem restrições de uso”, “intercambiável de um dicionário a outro”. Por isso, muitos lexicógrafos repetem definições de um dicionário para outro e, nos dicionários especializados, procura-se, em determinados modelos teóricos, uma definição universal. Logo, o leitor do dicionário não pode ser ingênuo.

Por esse motivo é que se deve atentar para aquilo que Mazière (1989, p. 59) assinala: “[...] o lexicográfico produz um trabalho que através do discurso muitas vezes percebido como transparente, diz seu assujeitamento cultural até pela forma sintática de sua escrita.”

Outra área de conhecimento para a elaboração de glossários e dicionários envolve o estudo terminológico. A terminologia moderna foi idealizada nos anos trinta por um engenheiro de formação e professor da Universidade de Viena, Eugen Wüster. Cabré (1998, p. 41) menciona o motivo que levou o engenheiro e professor austríaco a estudar os problemas terminológicos: solucionar os problemas advindos da imprecisão, diversificação e polissemia da linguagem natural, no âmbito da comunicação profissional. Para Wüster (1978), a metodologia terminológica tem caráter onomasiológico, está centrada no estudo dos termos a partir de dois prismas, o conceito que expressam e a análise de suas relações. Em resumo, essa disciplina estuda um subconjunto específico de um léxico de uma língua e não o léxico de uma língua em sua totalidade. Ela se ocupa de um subconjunto do léxico relacionado a uma área específica do

conhecimento humano e o seu objeto de estudo é o termo, signo linguístico especializado. Como se sabe, os estudos dos léxicos são fundamentais para a compreensão dos mecanismos de produção do sentido e do significado da linguagem, como competência do ser humano e nas diferentes línguas que expressam em sociedade a historicidade de suas variações culturais, científicas, e tecnológicas.

A partir dos anos 90, a teoria geral da terminologia, denominação dada às reflexões de Wüster, foi objeto de muitas críticas, devidas, segundo Cabré (1998), à ausência da capacidade dos indivíduos, não somente para explicar globalmente a comunicação especializada e suas unidades mais representativas – os termos, como também para descrever as variedades terminológicas em toda sua complexidade representativa e funcional. Apesar desse panorama desfavorável para a Terminologia que se instalou a partir dos anos 90, foi também nessa época que o interesse pela disciplina aumentou. Já se tornou lugar-comum citar Dubuc (1978, p. 13), que considera um truísmo a afirmação de que em nossa época está ocorrendo um fantástico desenvolvimento tecnológico, um ritmo acelerado de invenções e de descobertas, o que leva à necessidade da criação de novos termos. Consequentemente surgiram novos paradigmas na orientação do estudo da terminologia. Além da terminologia clássica ou terminologia tradicional, temos agora a teoria comunicativa da terminologia, a teoria da terminologia sociocognitiva ou socioterminologia, de Cabré (década de 90).

A terminologia é um campo interdisciplinar para o qual convergem três teorias principais: a teoria do conhecimento, a teoria da comunicação e a teoria da linguagem. Ao mesmo tempo, a terminologia é uma área transdisciplinar, porque atravessa e mergulha em todas as disciplinas e profissões, posto que nenhuma atividade, científica, técnica, artística ou artesanal, pode dispensar-lhe o concurso nos procedimentos de constituição e verbalização dos conceitos (CABRÉ, 1998, p. 93).

De acordo com Barros (2004), a terminologia, na qualidade de disciplina científica que estuda as chamadas línguas de especialidades e seus vocabulários, desempenha um papel fundamental nesse processo de avanço técnico e científico, pois a realidade atual contribui para o crescente aumento do interesse pela aquisição de conhecimento especializado, tanto para estudantes, professores, quanto para pesquisadores. É nessa perspectiva que o trabalho relacionado aos nomes de doenças, pragas e de ervas daninhas se insere, buscando-se atentar para a metodologia utilizada no processo de transmissão do saber por meio desta ciência.

Quanto à lexicografia, é a ciência que se ocupa da elaboração de

dicionários e glossários que são obras lexicográficas responsáveis por representar a língua e a cultura de uma coletividade, em um dado período, com objetivos determinados. Os glossários possuem o papel de depositários de determinada língua e cultura, por isso, devem acompanhar a sociedade, considerando as mudanças referentes ao tempo cronológico, às correntes ideológicas e aos avanços tecnológicos.

Ao tomar a produção de glossários como discurso,

[...] podemos ver como se projeta nele uma representação concreta da língua, em que encontramos indícios do modo como os sujeitos – como seres histórico-sociais, afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia – produzem linguagem (PONTES *apud*, ORLANDI, 2009, p. 21).

Dentro da temática proposta para o trabalho retromencionado, pesquisa ainda em fase de desenvolvimento sobre os *Nomes de Doenças, Pragas e Plantas Daninhas da Cultura Agrícola do Estado do Acre*, é possível perceber que há a utilização de duas vias de linguagens que se inter-relacionam e se valorizam nas mãos de estudiosos e pesquisadores, tanto da área da ciência como da linguagem: uma relacionada aos termos científicos, e outra que leva em consideração os termos populares.

Esta realidade que envolve o trabalho de elaboração dos glossários – de modo especial o relacionado à proposta de pesquisa, já mencionada, demonstra claramente a ausência de demarcação no nível de espaço territorial e espaço cultural. Os nomes que designam estes objetos são apresentados nos grandes *best-sellers* da área, ostentando as nomenclaturas de cunho científico. No entanto, estes mesmos nomes são “ressignificados” quando em uso na linguagem popular. Este processo obedece a relações que levam em consideração fatores regionais, de relação por aproximação, de relação por característica, climáticos e de outras naturezas. Um exemplo é a seguinte expressão:

**Abelha Irapuá** [*Trigona spinipes*]

Variação: arapuá, arapuã, irapuã.

Sinônimo: abelha-cachorro, abelha-de-cachorro, mel-de-cachorro, cachorro.

Nota: É agressiva, produz mel de sabor desagradável, e constrói o ninho dependurado nas árvores.

É necessário observarmos a relação do significado. Por ser agressiva, a espécie é conhecida, também, como abelha-cachorro. Esta denominação, dentre as três seguintes citadas no exemplo mencionado, nos

permite perceber o processo de significação que as espécies recebem pelos agricultores. Há normalmente referência a espécies comuns, presentes no cotidiano destes indivíduos ou relação com alguma característica desta espécie. No caso, como os cachorros, normalmente os do campo, são valentes, pois são propícios para a atividade da caça, e as abelhas são agressivas, houve uma relação entre as duas espécies para a denominação.

Quem são os cultos neste questionamento e quem são os bárbaros, como bem fez Francis Wolff no texto intitulado “Quem é bárbaro?” na obra organizada por Aduino Novaes *Civilização e Barbárie* (2004). Este questionamento ganha vigor se prestarmos atenção para o fato de que neste estudo os povos sem conhecimento escolar, os brutos e caipiras são os que dão os nomes que conhecemos. Estes “indivíduos brutos” para a “classe culta” são os responsáveis por designar os termos que se tornam populares na indicação destes objetos. Ao cientista cabe a tarefa de fazer uma garimpagem dentro de infinitas outras espécies que apresentam alguma relação estrutural com o “então objeto achado”. Só então, após um processo que requer anos de dedicação, é possível chegar a uma denominação científica que, por sua vez, ganha valor universal. Os pesquisadores ao chegarem às localidades rurais não falam em termos científicos; pelo contrário, perguntam aos então “bárbaros” o nome que eles usam para denominar determinado objeto que é de interesse do pesquisador.

Desta forma, o espaço que divide este antagonismo conceitual se estreita e dissolve-se na complexidade de justificar o que é culto (civilizado) e o que é o não culto (bárbaro). De acordo com Wolff, “não existe barbárie, trata-se de uma ilusão de óptica”; ou, como Montaigne: “Cada um chama de barbárie o que não é do seu próprio uso” (*Ensaaios*, I, 30, p. 32-33). A rigidez destes conceitos é por vez derrotada se observarmos o fato dinâmico da ideia do estranhamento. São estes lados opostos entre aquilo que conhecemos e aquilo que desconhecemos que permite ao indivíduo o apontamento convicto do que é certo ou errado. Mas se houver a capacidade de reconhecer estas oposições como uma proposta de respeito com o outro, com aquilo que desconhecemos, com a cultura do outro, perceberemos claramente que não há cultos e nem bárbaros. Ou arriscamos a afirmação de que somos todos cultos ou todos bárbaros.

Não cabe neste discurso a tentativa de demarcar fronteiras culturais e geográficas, pois elas ao mesmo tempo em que se chocam, misturam-se. A cultura surge desta fricção de ideias múltiplas e distintas. Seu tempo não obedece a uma ordem imutável, pois o próprio tempo é submetido às mudanças, logo, não se pode falar em culturas e identidades fi-

xas. Um grande erro seria pensar em um modelo de cultura, pois, se assim fosse, os nomes populares que denominam as doenças, pragas e plantas daninhas das agriculturas, não seriam ditadas pelos populares, mas pelos grandes cientistas. É bem verdade que nesta etapa ainda não há material suficiente para afirmar a real origem destes termos populares, mas, de acordo com o Dr. Murilo Fazolin, pesquisador da EMBRAPA/AC, o trabalho técnico envolve apenas o uso de termos científicos e são os agricultores, acostumados com o trabalho da lavoura que esclarecem suas curiosidades em relação à denominação popular. Mais interessante é saber que alguns termos populares mudam de acordo com as regiões, enquanto outros permanecem iguais em todo o Brasil.

Verifica-se que o homem do campo não tem a necessidade de ser ajustado, moldado, disciplinado por uma ordem maior que o vê de forma inferiorizada. Estes homens conseguem com as leituras da natureza se ajustar ao espaço em que vivem. Conhecem o nome de todas as pragas que suas lavouras podem sofrer – mesmo que popularmente. Desenvolvem por eles mesmos atividades de combate a estas moléstias, demonstrando grande habilidade com a terra e com seus elementos.

Mas atualmente vêm se desenvolvendo atividades financiadas pelo Estado no sentido de “estimular”, de dar “suporte” a estes homens. Em relação a isto notamos que os cultos representam a única solução para que os bárbaros consigam manter sua agricultura e, conseqüentemente, manter sua família. Pode ser comum a aceitação de alguns grupos e a não resistência a esta ação; afirmações formam-se na cabeça dos menos críticos: que bom que estes homens cultos, conhecedores de técnicas ensinadas na escola, longe da terra, sem sentir o cheiro e o incômodo da real atividade, estão disponíveis para ajudar estes pobres homens do campo, tão brutos, tão primitivos, tão necessitados de ajuda.

Esta movimentação entre o urbano e o rural, comunica-se com o texto *O Campo e a Cidade – na História e na Literatura* de Raymond Williams (1989) e mais uma vez justifica que o mundo, com toda a tecnologia, não permite a afirmação de que estamos em espaços diferentes. Na verdade, a ideia de espaço vai além da relacionada à zona rural e zona urbana, aqui apontada, uma vez que os pesquisadores do estado do Acre, a exemplo do restante do país e do mundo, se comunicam entre si a partir de termos científicos, normalmente de origem estrangeira (latim). A *vaquinha*, também conhecida como *vaquinha-do-feijoeiro*, é cientificamente conhecida por *diabrotica speciosa*. Em outro país, certamente sofrerá um processo de ressignificação por conta do idioma.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Outro ponto que merece destaque é observar que, neste estudo, o discurso do homem do campo é fundamental para a realização de pesquisas e descobrimentos no âmbito da ciência. Logo, o campo vem até a cidade e vice-versa. O pensamento tradicionalista de que é próprio do campo a realização de tarefas relacionadas ao cultivo e colheita da lavoura e que, no lado oposto, a cidade reproduz o saber e a ciência, é uma construção que nos foi brutalmente elaborada através dos aparelhos ideológicos do Estado que utilizam as escolas como veículos que contribuem para sustentar esta ideologia. A partir daí, surge o “homem caipira” que somente serve para o trabalho braçal ao contrário do “homem culto” que representa superioridade e poder. Surge o campo onde tudo é difícil, sinônimo de sofrimento e da necessidade de elaboração de políticas públicas que possam “salvá-los” da miséria em que vivem em oposição à cidade, símbolo de intelectualidade, de facilidade, beleza e desenvolvimento.

Diante das infinitas trocas propostas por este entrecruzamento cultural, nos chama a atenção a noção geográfica que os dois campos constroem e ao mesmo tempo o mecanismo de aproximação que estabelecem. Os termos científicos restringem-se às conversas com estudiosos, pesquisadores e intelectuais da área; em contrapartida, os termos populares são utilizados na agricultura pelos colonos que trabalham com a lavoura. No entanto, assim como retrata Bessa Freire (2004) em *Rio Babel: a História das Línguas na Amazônia*, existe uma política de aproximação que permite que o trabalho dos cientistas possa se desenvolver. Da mesma forma que os jesuítas no processo de colonização em relação à língua, os pesquisadores aproveitam-se do conhecimento dos agricultores – aprendendo os nomes populares, para que posteriormente possam lançar artigos científicos e elaborar glossários estabelecendo relação entre as duas linguagens. Neste caso, os termos técnicos ficam sufocados apenas ao âmbito dos estudos, enquanto os populares por serem próprios da oralidade se transformam constantemente. Na prática dicionarística, observamos que:

[...] a língua que se descreve nos dicionários nunca é perfeitamente homogênea. Apresenta-se heterogênea em várias dimensões: espaciais, sociais, temporais e em âmbito de atividade. Esta diversidade determinará a existência de tipos de marcação lexicográfica que corresponde ao recurso utilizado na microestrutura para sinalizar particularidades de uso, de caráter não regular, que distingue determinadas unidades léxicas. (PONTES *apud* REY-DEBOVE, 2009, p. 27).

Em *Rio Babel*, Bessa Freire (2004) nos apresenta a trajetória da língua portuguesa, quebrando alguns mitos relacionados ao processo de

colonização. Vemos que a língua portuguesa é fruto de uma mistura cultural que, por interesses de ordem política, surge a partir de um ideário do povo colonizador. A língua indígena fora abafada pelos processos de aproximação estabelecidos pelos colonizadores. Apesar de apresentar grande valor lexical e semântico, e ter sido “suavemente” registrada quando em fusão com a língua geral da Amazônia, através da elaboração de gramáticas e dicionários, muito desta escrita foi perdido em prol de um “ideário colonizador”. No estudo aqui apresentado, os dois tipos de linguagem (científico e popular) se fortificam quando regularizados através de glossários. Uma vez formulado, o material ganha valor como fonte de pesquisa para o meio acadêmico. Observemos aqui, que os agricultores não têm a necessidade ou dependem deste tipo de trabalho. Para eles não há nenhum problema de ordem comunicativa que possa justificar o manuseio de glossários desta natureza dentro do espaço em que vivem. Os interesses são dos estudiosos dentro do universo acadêmico.

### **3. Conclusão**

De todo o exposto, é possível perceber a ligação da Lexicografia e da Terminologia com os estudos culturais tendo em vista a discussão acerca dos dois discursos e das duas identidades, rural e urbana, bem como das relações de poder que subjazem à aproximação desses discursos. Nesse sentido, busca-se que, uma vez concluída, esta pesquisa possa servir de instrumento útil para todos aqueles que pretendem entrar em contato com os estudos linguísticos, culturais e identitários dos povos amazônicos, por meio do conhecimento do vocabulário popular e do vocabulário técnico relativos aos nomes de doenças, pragas e plantas daninhas na cultura agrícola desta região do país, considerando que conhecer e aceitar a língua do outro é o primeiro passo para a boa convivência em sociedade.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ADAUTO, N. *Civilização e barbárie*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- CABRÉ, M. T. *La terminologia: teorías, métodos, aplicaciones*. Barcelona: Antártida, 1993.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

CABRÉ, M. T. *La terminologia hoy: relateamiento o diversificaión*. Organon, 1998.

DUBUC, R. *Manuel pratique de terminologie*. Québec: Linguattech, 1978. Campo Grande: UFMS, 1998.

FAZOLIN, M. [et al.] Comportamento de pragas de importância econômica em culturas anuais, componentes de sistemas agroflorestais. Embrapa. *Boletim de Pesquisa* nº 14. Dezembro, 1996.

FREIRE, J. R. B. *Rio Babel – a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

OLANDI, E. *Língua e conhecimento linguístico: para uma historia das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, A. M. *As ciências do léxico*. V. 1. 2 ed. Campo Grande: UFMS, 2001

PONTES, A. L. *Dicionário para o uso escolar: o que é como se lê*. Fortaleza: UECE, 2009.

REY, D. J. *Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires françaises contemporaines*. Hachette, 1971.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade – na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

WUSTER, E. *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Tradução de Anne Cecile Nokermam. Barcelona: IULA, 1978.